CONTINUIDADES E RUPTURAS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA COM OS BRICS (2008-2022)

DOI: 10.61623/cpe.v12n18.a10
Submetido em: 15/01/2026. Aceito em: 14/05/2026.
ISSN: 2359-5280 | e-ISSN: 2447-228X

Júlia R. Foggia[1]

Resumo

Esta pesquisa analisa o impacto da divergência ideológica na política externa brasileira (PEB) no período de 2008 a 2022, no âmbito da cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) com os BRICS. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de cunho exploratório, fundamentado na análise documental e revisão bibliográfica. O referencial teórico ancora-se na abordagem pós-colonial, utilizada como lente crítica para interpretar as assimetrias de poder e as buscas por autonomia no sistema internacional. A PEB moldada por diferentes governos (Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro) alternou entre continuidades e rupturas institucionais e ideológicas. Embora a cooperação em CT&I fosse um eixo central do BRICS, o engajamento do Brasil oscilou drasticamente. Nos governos Lula e Dilma, a participação foi ativa e propositiva, buscando autonomia e liderança. Já nos governos Temer e Bolsonaro, adotaram-se posturas mais pragmáticas e ideologicamente alinhadas aos EUA, enfraquecendo o protagonismo e aprofundamento da agenda de CT&I do país no grupo. O estudo conclui que as rupturas na política externa dos governos brasileiros impactaram negativamente a cooperação em ciência e tecnologia com o BRICS.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. BRICS. Cooperação em ciência e tecnologia. Divergência ideológica. Inovação tecnológica.

1 Julia Rodrigues Foggia é graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora do Programa de Iniciação Científica PIC/PIBIC/CEUB – 2024 (com bolsa concedida pelo CNPQ/FAPDF), cuja pesquisa foi reconhecida com menção honrosa. ORCID: 0009-0002-1515-1031.

CONTINUITIES AND RUPTURES IN BRAZILIAN FOREIGN POLICY WITHIN THE SCOPE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY COOPERATION RELATIONS WITH THE BRICS (2008-2022)

Abstract

This research analyzes the impact of ideological divergence on Brazilian foreign policy (BFP) from 2008 to 2022, within the scope of Science, Technology, and Innovation (ST&I) cooperation with the BRICS. Methodologically, the research is characterized as an exploratory qualitative study, based on documentary analysis and a literature review. The theoretical framework is anchored in the post-colonial approach, used as a critical lens to interpret power asymmetries and the search for autonomy in the international system. The BFP, as shaped by different governments (Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer, and Jair Bolsonaro), alternated between institutional and ideological continuities and ruptures. Although ST&I cooperation was a central axis of the BRICS, Brazil's engagement fluctuated drastically. During the Lula and Dilma administrations, participation was active and proactive, seeking autonomy and leadership. During the Temer and Bolsonaro administrations, however, more pragmatic postures that were ideologically aligned with the US were adopted, weakening the country's leading role and the deepening of its ST&I agenda within the group. The study concludes that the ruptures in the foreign policies of Brazilian governments negatively impacted science and technology cooperation with the BRICS.

Keywords: Brazilian foreign policy; BRICS; science and technology cooperation; ideological divergence; technological innovation.

CONTINUIDADES Y RUPTURAS EN LA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA EN EL ÁMBITO DE LAS RELACIONES DE COOPERACIÓN EN CIENCIA Y TECNOLOGÍA CON LOS BRICS (2008-2022)

Resumen

Esta investigación analiza el impacto de la divergencia ideológica en la política exterior brasileña (PEB) durante el periodo comprendido entre 2008 y 2022, en el ámbito de la cooperación en ciencia, tecnología e innovación (CT&I) con los países del BRICS. Desde el punto de vista metodológico, la investigación se caracteriza por ser un estudio cualitativo de carácter exploratorio, basado en el análisis documental y la revisión bibliográfica. El marco teórico se basa en el enfoque poscolonial, utilizado como lente crítica para interpretar las asimetrías de poder y las búsquedas de autonomía en el sistema internacional. La PEB, moldeada por diferentes gobiernos (Lula, Dilma, Temer y Bolsonaro), ha oscilado entre continuidades y rupturas institucionales e ideológicas. Aunque la cooperación en CT&I era un eje central del BRICS, el compromiso de Brasil ha fluctuado drásticamente. En los gobiernos de Lula y Dilma, la participación fue activa y proactiva, en busca de autonomía y liderazgo. En cambio, en los gobiernos de Temer y Bolsonaro se adoptaron posturas más pragmáticas e ideológicamente alineadas con EE. UU., lo que debilitó el protagonismo y la profundización de la agenda de ciencia, tecnología e innovación del país en el grupo. El estudio concluye que las rupturas en la política exterior de los gobiernos brasileños tuvieron un impacto negativo en la cooperación en ciencia y tecnología con el BRICS.

Palabras clave: Política exterior brasileña. BRICS. Cooperación en ciencia y tecnología. Divergencia ideológica. Innovación tecnológica.

Introdução

Em um estudo de 2001, a ideia do acrônimo BRICS – grupo inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – surge com o economista-chefe da multinacional Goldman Sachs, Jim O'Neill. Desde então, muito se fala sobre as maiores economias do Sul Global unidas em uma formação multilateral que desafia a ordem colonial, em um contexto de um novo mundo globalizado, após o fim da Guerra Fria. Esse agrupamento de potências emergentes representaria não apenas uma nova configuração econômica global, mas também um espaço para o debate sobre autonomia política, cooperação Sul-Sul e alternativas ao multilateralismo tradicional liderado por atores ocidentais (do Nascimento, 2018).

Desde a concepção dessa formação multilateral, na cúpula de Ecaterimburgo (2009), o BRICS inseriu-se matricialmente na política externa brasileira (PEB), tornando-se um de seus eixos fundamentais (Silva, 2022). Inicialmente, foi um marco de uma Nova Política Externa Independente, que visava justamente uma autonomia por diversificação (do Nascimento, 2018), intensificada pelos processos de interdependência gerados pela existência do BRICS. Com mais de 15 anos de formação, o BRICS perpassou diversos governos brasileiros e, em meio a turbulências internas e reorientações de política externa, prossegue rumo à expansão e atinge importantes níveis de institucionalização e materialização de seus objetivos, como a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Acordo de Contingência de Reservas (do inglês, *Arrangement Contingent Reserve* – CRA) (Duval, 2011).

Em um contexto de modernidade permeada pelo meio técnico-científico informacional, o BRICS aparece como formação central para o desenvolvimento de novas tecnologias e como parceiro estratégico para o Brasil no campo da ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Essa dimensão já era destacada no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2007, que apontava a CT&I como "instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades". A criação da BRICS *Research and Innovation Initiative*, em julho de 2015, reforça essa prioridade marcando esforços concretos de integração acadêmica, pesquisa conjunta e inovação entre os países membros.

A literatura de PEB indica que, apesar de desafios internos e mudanças de governo, o país tem buscado uma posição de protagonismo internacional, articulando estratégias de inserção que combinam pragmatismo econômico e ambições geopolíticas (Cervo e Lessa, 2014; Silva e Holleben, 2022).

Ao mesmo tempo, autores de abordagem pós-colonial alertam para a necessidade de compreender essas ações no contexto das relações globais marcadas por desigualdades históricas, eurocentrismo e hierarquias de poder (Santos, 2008; Said, 2007; Spivak, 2010; Elíbio e Almeida, 2013).

Diante desse panorama, o presente trabalho propõe-se a analisar a inserção do Brasil no BRICS entre 2008 e 2022, considerando continuidades e rupturas nos diferentes governos e seus impactos estratégicos, com ênfase na cooperação em CT&I.

Brasil no BRICS: visão geral e inserção internacional

O Brasil integrou o BRICS em 2008, buscando ampliar sua presença internacional e fortalecer a cooperação com países emergentes, especialmente no âmbito econômico e científico-tecnológico (da Silva, 2013; Leite, 2011). O agrupamento surgiu centrado nas instituições ocidentais, como o FMI e o Banco Mundial (BM), permitindo aos membros do BRICS maior autonomia na definição de agendas multilaterais e na negociação de instrumentos financeiros e de desenvolvimento (Lima, 2005; Visentini e Silva, 2010).

Durante sua participação, o Brasil buscou consolidar sua imagem de potência regional intermediária, conciliando o pragmatismo econômico com a promoção de valores de cooperação Sul-Sul e reforma das instituições internacionais (Cervo e Lessa, 2014; Ziebell de Oliveira e Mallmann, 2020). Iniciativas como o NBD e o CRA exemplificam a tentativa de criar mecanismos próprios de financiamento e apoio ao desenvolvimento, reduzindo a dependência de organismos tradicionais (Duval e Andreis, 2021).

O papel do Brasil no BRICS também se manifestou na promoção de cooperação científica e tecnológica, com destaque na implementação de fóruns de jovens cientistas e projetos conjuntos em inovação, inteligência artificial e pesquisas aplicadas (Gehre, 2020). Esses esforços refletem a tentativa de conciliar interesses nacionais com agendas coletivas, fortalecendo o multilateralismo Sul-Sul e ampliando o protagonismo brasileiro no cenário internacional.

No entanto, o desempenho do país no grupo não se deu de forma linear, sendo fortemente influenciado por mudanças internas de governo, prioridades políticas e divergências ideológicas. As diferentes abordagens adotadas pelos presidentes Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro moldaram a participação brasileira, gerando continuidades em temas estratégicos e rupturas em questões de alinhamento político e cooperação internacional (Silva, 2022; Hirst e Maciel, 2022).

A fim de investigar como as divergências ideológicas de cada um dos governos analisados afetaram a atuação brasileira no BRICS, com especial ênfase na cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), essa análise baseia-se em uma síntese dos relatórios e documentos oficiais do Observatório do BRICS da PUC-Rio, em dados provenientes dos sites oficiais do governo federal (gov.br) e em uma robusta bibliografia que integra autores nacionais (Cervo, 2014; Saraiva, 2019; Milani, 2017; Valença de Melo, 2022) e internacionais (Acharya, 2014; Cox, 1981; Hurrell, 2009; Stuenkel, 2015; Buzan, 2010; Kayaoglu, 2010). A abordagem pós-colonial serve como lente crítica para compreender os desafios e as possibilidades de inserção do Brasil na construção de uma ordem internacional mais equilibrada.

O método de análise documental foi aplicado por meio de um processo de triangulação de dados, em que os relatórios e comunicados oficiais foram submetidos a uma análise de conteúdo qualitativa. O objetivo foi identificar e categorizar padrões de continuidade e ruptura nas diretrizes de CT&I, permitindo confrontar o discurso diplomático com os dados de implementação efetiva das políticas de cooperação.

PEB e o BRICS

A política externa brasileira é marcada, historicamente, pela busca por autonomia, desenvolvimento e inserção em fóruns multilaterais. Segundo Cervo e Bueno (2011), a PEB transita entre posturas universalistas e estratégias de autonomia, refletindo a complexidade do contexto interno e as demandas da ordem internacional.

A partir do fim da Guerra Fria, especialmente com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o Brasil passou a priorizar a ampliação de suas parcerias fora do eixo tradicional norte-sul, enfatizando a cooperação Sul-Sul e o multilateralismo. A inserção no agrupamento BRICS representa a materialização dessa estratégia. O BRICS, conforme Hurrell (2009) e Stuenkel (2015), constitui uma plataforma para contestar a hegemonia ocidental e para propor uma reforma na governança global, sendo também um espaço para o intercâmbio de tecnologias e o fortalecimento das capacidades de inovação.

A inserção do Brasil no BRICS consolidou-se como um eixo fundamental da Política Externa Brasileira (PEB), fundamentada na busca por autonomia e na contestação da hegemonia tradicional do Norte Global. Nesse cenário, a cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) transcende a dimensão técnica para tornar-se uma plataforma estratégica de reforma da governança

global, permitindo aos países emergentes o intercâmbio de tecnologias e o fortalecimento de capacidades nacionais. Autores como Hurrell (2009) e Stuenkel (2015) destacam que o agrupamento atua como um espaço vital para que potências médias, como o Brasil, articulem alternativas ao multilateralismo tradicional, utilizando o desenvolvimento científico como vetor da soberania política e econômica.

Na área de CT&I, os BRICS emergem como uma arena para a cooperação técnica, onde países com desafios e potencialidades similares podem desenvolver projetos conjuntos e promover o compartilhamento de conhecimento. Diante dessa perspectiva, Acharya (2014) e Buzan e Waeaver (2011) destacam a importância dos blocos regionais para a construção de uma ordem internacional multipolar.

A participação brasileira no BRICS buscou conciliar a promoção de autonomia relativa no sistema internacional com a inserção econômica global, promovendo agendas de desenvolvimento conjunto e cooperação em CT&I, embora de maneira diferenciada conforme o período analisado (Do Nascimento, 2018; Silva e Holleben, 2022).

Durante o governo Lula (2003-2010), o Brasil adotou uma política externa ativa e propositiva no BRICS, consolidando sua presença como interlocutor-chave do grupo e articulando a cooperação Sul-Sul em áreas estratégicas, buscando fortalecer mecanismos multilaterais de desenvolvimento, como o NDB e o CRA, ao mesmo tempo em que liderava iniciativas de cooperação científica e tecnológica, incluindo projetos conjuntos em biotecnologia, energia e tecnologias de informação (da Silva, 2013; Visentini e Silva, 2010). Lula enfatizou a inovação como vetor de aproximação entre os países emergentes, promovendo agendas voltadas à redução das assimetrias globais e ao fortalecimento de um multilateralismo inclusivo.

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) manteve a linha de continuidade, embora de forma mais cautelosa e burocratizada. A política externa brasileira, nesse período, evidenciou a tentativa de conciliar pragmatismo e ideologia, priorizando estabilidade econômica e cooperação em CT&I dentro do BRICS, mas limitando o protagonismo político em arenas internacionais mais amplas (Cornetet, 2014; Duval e Andreis, 2021). A criação de comitês temáticos e a expansão de programas de intercâmbio científico foram sinais claros do comprometimento brasileiro, mesmo diante de crises internas e pressões externas.

A fase de maior dinamismo propositivo na agenda de CT&I ocorreu durante os governos Lula e Dilma, quando a cooperação Sul-Sul foi instrumentalizada para reduzir as assimetrias tecnológicas globais. Documentos como a Declaração de Fortaleza (2014) e a de Ufa (2015) foram marcos da institucionalização

desse processo, estabelecendo a BRICS Research and Innovation Initiative e definindo áreas de alta tecnologia, como nanotecnologia e biotecnologia, como prioritárias. Essa estratégia visava não apenas o intercâmbio acadêmico, mas a criação de mecanismos financeiros e redes de pesquisa que garantissem a autonomia dos membros frente às potências ocidentais (Visentini e Silva, 2010; Duval e Andreis, 2021).

O impacto dessa agenda de CT&I reside na busca por superar a "dependência de trajetória" tecnológica. Para o Brasil, o BRICS oferece acesso a ecossistemas de inovação complementares: a liderança em Inteligência Artificial da China e a expertise em serviços de TI da Índia. O aprofundamento dessa discussão revela que a CT&I no bloco não é apenas técnica, mas estratégica para a soberania digital e industrial. Exemplos concretos, como a constelação de satélites de sensoriamento remoto do BRICS, demonstram como a cooperação visa reduzir a vulnerabilidade externa em dados críticos, posicionando os membros como produtores, e não apenas consumidores, de tecnologias de fronteira.

Sob uma perspectiva estratégica, a discussão sobre CT&I no bloco revela uma busca constante por superar a "dependência de trajetória" tecnológica por meio de ecossistemas de inovação complementares, como a expertise da Índia em serviços de TI e a liderança chinesa em Inteligência Artificial. Iniciativas como a constelação de satélites de sensoriamento remoto do BRICS exemplificam o esforço para reduzir a vulnerabilidade externa em dados críticos, posicionando os países do grupo como produtores de tecnologias de fronteira e não meros consumidores. Gehre (2020) aponta que essa integração acadêmica e técnica é fundamental para que o Brasil adquira conhecimentos em setores críticos, fortalecendo sua projeção internacional no meio técnico-científico informacional.

A transição para o governo Temer (2016-2018) trouxe rupturas significativas, com uma política externa mais reativa e voltada a ajustes pragmáticos. Embora o país mantivesse formalmente os compromissos com o BRICS, houve menor ênfase em CT&I como eixo estratégico, refletindo uma política externa centrada em eficiência administrativa e contenção de gastos públicos (Augusto, 2018; Oliveira Moreira, 2020). Essa postura indicou uma redução do protagonismo brasileiro, mantendo apenas a continuidade institucional sem aprofundar ações de integração tecnológica e científica.

No período de Bolsonaro (2019-2022), observou-se tanto continuidade formal quanto rupturas discursivas e estratégicas. O Brasil manteve sua presença em fóruns do BRICS e assinou declarações conjuntas, mas a prioridade política deslocou-se de agendas de cooperação científica e tecnológica para temas de alinhamento ideológico e segurança regional, restringindo a atuação

brasileira em CT&I (Saraiva e Silva, 2019; Hirst e Maciel, 2022). A pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade de coordenação tecnológica e científica entre os membros, mas divergências internas do BRICS e a postura menos engajada do governo brasileiro limitaram avanços significativos (Toni Jr., 2023).

No entanto, a continuidade dessa agenda foi impactada por profundas rupturas ideológicas e reorientações de política externa nos governos Temer e Bolsonaro. Durante o período Temer, observou-se um retraimento para uma postura mais técnica e reativa, focada em ajustes pragmáticos e eficiência administrativa (Augusto, 2018). Já na gestão Bolsonaro, o alinhamento ideológico com o Norte Global e discursos críticos ao multilateralismo esvaziaram o ímpeto político das iniciativas de CT&I, transformando a participação brasileira em algo formal e de substância mínima, o que prejudicou inclusive a coordenação necessária durante a pandemia de COVID-19 (Saraiva e Silva, 2019; Toni Jr., 2023).

Apesar das variações governamentais, algumas continuidades estruturais permanecem evidentes: a valorização da cooperação Sul-Sul, a promoção do multilateralismo inclusivo e o reconhecimento do BRICS como espaço estratégico para ampliação da influência internacional do Brasil. As rupturas, por sua vez, refletem mudanças de prioridade interna e alinhamentos ideológicos distintos, impactando diretamente o ritmo e a profundidade das iniciativas conjuntas em CT&I (Silva, 2022; Maringoni *et al*., 2016).

Em síntese, a análise histórica evidencia que a capacidade de o Brasil influenciar e moldar as iniciativas do BRICS depende de alinhamento interno, estabilidade política e visão estratégica clara sobre o papel da ciência e tecnologia na projeção internacional.

Segundo governo Lula (2007-2010)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva representou um período de ampliação e consolidação da presença brasileira no BRICS. Desde o início de sua gestão, o Brasil estabeleceu uma visão de protagonismo internacional, fortalecendo laços com países do Sul Global e promovendo reformas nas instituições multilaterais tradicionais (da Silva, 2013; Visentini e Silva, 2010).

Lula se destacou por articular o Brasil como mediador e liderança regional, defendendo uma ordem internacional mais equilibrada, em que países emergentes pudessem ter voz ativa nas decisões globais. Essa estratégia incluiu a participação ativa na criação do NBD e na formulação do CRA,

visando reduzir a dependência do país em instituições como o FMI e o BM (Duval e Andreis, 2021).

No campo da CT&I, o governo Lula promoveu a cooperação entre os países do BRICS, estabelecendo fóruns de jovens cientistas e projetos conjuntos em áreas estratégicas, como inteligência artificial, energias renováveis e saúde (Gehre, 2020). Essas iniciativas permitiram ao Brasil adquirir conhecimento tecnológico e fortalecer capacidades nacionais em setores críticos.

A inserção brasileira durante o período evidenciou um equilíbrio entre ideologia e pragmatismo. Por um lado, o governo buscava afirmar a autonomia política frente às grandes potências; por outro, mantinha relações comerciais e financeiras estratégicas, garantindo crescimento econômico e estabilidade doméstica (Leite, 2011; Ziebell de Oliveira e Mallmann, 2020). Autores como Visentini e Silva (2010) destacam que o Brasil, sob Lula, procurou consolidar uma posição intermediária, capaz de articular interesses nacionais e internacionais, sem se submeter a blocos hegemônicos.

Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

O governo de Dilma Rousseff representou um período de continuidade estratégica em relação à política externa brasileira no âmbito do BRICS, embora marcado por uma maior cautela e pragmatismo diante de desafios internos e externos (Cornetet, 2014; Duval e Andreis, 2021). A presidente manteve a ênfase no multilateralismo e na cooperação Sul-Sul, consolidando os instrumentos criados durante o governo Lula (NDB e CRA).

O governo Dilma enfrentou limites estruturais, refletindo tanto a complexidade das relações entre países emergentes quanto os efeitos da crise econômica interna. A continuidade institucionalizada do BRICS permitiu ao Brasil manter protagonismo diplomático, mas a capacidade de influenciar decisões estratégicas do grupo mostrou-se limitada frente às potências maiores, como China e Índia (Silva e Holleben, 2022; da Silva, 2013).

Autoria e pragmatismo foram características marcantes da política externa do período. A presidente buscou manter a autonomia do país sem comprometer os interesses econômicos estratégicos, mantendo relações comerciais e financeiras com todos os membros do BRICS (Duval e Andreis, 2021; Silva, 2022). Ao mesmo tempo, a presença do Brasil nas cúpulas do grupo continuou a reforçar a imagem de país capaz de mediar e propor soluções coletivas para desafios globais, sobretudo nas áreas de desenvolvimento sustentável, ciência e inovação.

Portanto, o período Dilma pode ser entendido como uma etapa de consolidação da inserção brasileira no BRICS, com foco em continuidade institucional, ampliação da cooperação em ciência e tecnologia, e manutenção de uma postura pragmática frente às complexidades internas e externas. Essa abordagem consolidou a base institucional e política necessária para a inserção internacional do Brasil, apesar das restrições econômicas e políticas domésticas que marcaram o fim de seu governo (Cornetet, 2014; Duval e Andreis, 2021).

Governo Michel Temer (2016-2018)

O governo de Michel Temer representou uma etapa de transição na política externa brasileira, marcada por uma combinação de continuidade institucional e ajustes pragmáticos diante do cenário doméstico e internacional (Augusto, 2018; Oliveira Moreira, 2020). No contexto do BRICS, Temer procurou manter os compromissos assumidos pelos governos anteriores, sobretudo no que se refere ao Novo Banco de Desenvolvimento e à cooperação econômica entre os países do grupo, embora o engajamento tenha sido menos propositivo e mais operacional (do Nascimento, 2018; Silva, 2022).

A PEB durante seu governo focou na estabilidade econômica e na atração de investimentos, refletindo uma orientação mais tecnocrática. As cúpulas do BRICS nesse período evidenciaram a continuidade do país no bloco, mas com menor protagonismo político em comparação aos governos de Lula e Dilma. A atuação de Temer mostrou que, em períodos de instabilidade interna, o Brasil tende a priorizar a preservação de compromissos internacionais já estabelecidos, ao invés de propor novas iniciativas estratégicas (Hermann, 1990).

A política externa do governo Temer também refletiu desafios de articulação e coerência, especialmente em relação à promoção da cooperação em CT&I dentro do BRICS, que avançou de forma limitada devido a restrições orçamentárias e à atenção voltada para a agenda doméstica (Silva e Holleben, 2022). Nesse sentido, houve continuidade institucional, mas com menor capacidade de influência do Brasil sobre o direcionamento estratégico do bloco.

Em síntese, o período Temer caracterizou-se por um perfil diplomático mais cauteloso e pragmático, mantendo compromissos assumidos e evitando rupturas significativas, mas sem a mesma capacidade de liderança ou proposição de agendas inovadoras observada nos governos anteriores. Essa postura demonstrou que a inserção do Brasil no BRICS depende não apenas

de compromissos formais, mas também da capacidade de liderança política e econômica do país (Augusto, 2018; Oliveira Moreira, 2020).

Governo Jair Bolsonaro (2019-2022)

O governo de Jair Bolsonaro marcou um período de rupturas significativas na política externa brasileira, caracterizado por um alinhamento ideológico com países de vieses conservadores e um distanciamento de fóruns multilaterais tradicionais, ainda que o Brasil tenha mantido sua participação formal no BRICS (Saraiva e Silva, 2019; Hirst e Maciel, 2022). Diferentemente dos governos anteriores, o protagonismo brasileiro no bloco diminui, refletindo uma abordagem mais pragmática e reativa, muitas vezes subordinada a agendas domésticas e ideológicas (Monteagudo, 2021; Silva, 2022).

Durante este período, o Brasil priorizou uma diplomacia baseada em interesses econômicos imediatos e cortes orçamentários, o que impactou negativamente iniciativas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação no âmbito do BRICS. A atuação brasileira tornou-se mais técnica e operacional, com menor protagonismo político nas decisões estratégicas do bloco (Silva e Holleben, 2022).

A gestão Bolsonaro evidenciou tensões entre continuidade institucional e rupturas ideológicas. Por um lado, o país manteve compromissos financeiros e administrativos com o NDB e com agendas de cooperação Sul-Sul; por outro, houve um enfraquecimento da capacidade de liderança e influência política do Brasil no bloco, acompanhado de discursos críticos ao multilateralismo tradicional (Monteagudo, 2021; Toni Jr., 2023).

No campo da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, o Brasil enfrentou desafios significativos, incluindo redução de recursos e menor prioridade estratégica para projetos do BRICS, contrastando com os esforços mais consistentes dos governos Lula e Dilma. Essa postura demonstrou que a capacidade de inserção internacional do país depende tanto da continuidade institucional quanto de uma liderança política ativa e coerente.

O governo de Jair Bolsonaro reforçou o entendimento de que divergências ideológicas internas impactam diretamente o protagonismo brasileiro no BRICS, reduzindo a influência do país na definição de agendas estratégicas e limitando avanços em cooperação científica e tecnológica, mesmo quando os compromissos formais permanecem. A política externa brasileira nesse período, portanto, apresenta uma combinação de pragmatismo operacional

e retraimento estratégico, refletindo as prioridades domésticas e a orientação ideológica do governo (Saraiva e Silva, 2019; Monteagudo, 2021).

Análise crítica

A análise crítica da participação brasileira no BRICS evidencia um equilíbrio complexo entre continuidades institucionais e rupturas estratégicas, condicionadas tanto por fatores internos quanto externos. Historicamente, o Brasil buscou consolidar sua influência global por meio da cooperação Sul-Sul, da promoção do multilateralismo inclusivo e da integração tecnológica e científica com parceiros emergentes. Entretanto, divergências ideológicas e mudanças na orientação política de governos sucessivos impactaram de maneira significativa a eficácia dessa atuação.

No âmbito da ciência, tecnologia e inovação, o Brasil demonstrou avanços importantes durante os governos Lula e Dilma, ao investir na criação de comitês temáticos, programas de intercâmbio científico e iniciativas conjuntas com foco em inovação. Estas ações contribuíram para fortalecer a capacidade tecnológica nacional e ampliar o protagonismo brasileiro em fóruns internacionais (da Silva, 2013; Duval e Andreis, 2021). No entanto, tais avanços foram limitados pelo financiamento insuficiente, burocracia interna e dependência de consensos entre membros com interesses econômicos e políticos heterogêneos.

A transformação do cenário internacional alterou o equilíbrio de forças dentro do BRICS, especialmente devido ao acirramento da rivalidade tecnológica entre China e Estados Unidos e à reorientação geopolítica russa. Esse novo contexto global impôs desafios ao multilateralismo que o bloco buscava promover, uma vez que a cooperação em Ciência e Tecnologia passou a ser vista não apenas como técnica, mas como uma ferramenta de competição estratégica. Conforme Duval e Andreis (2021), o bloco, que visava reduzir a dependência de organismos tradicionais como o FMI e o Banco Mundial, viu-se pressionado por essas dinâmicas externas, exigindo dos membros um equilíbrio complexo entre a busca por autonomia e as novas realidades geopolíticas.

Domesticamente, guinadas políticas em países como a Índia e o Brasil trouxeram para o centro da agenda divergências ideológicas que anteriormente permaneciam latentes em prol do crescimento econômico. A alternância de poder para governos com visões distintas sobre a inserção internacional alterou a prioridade dada ao grupo, muitas vezes privilegiando o alinhamento

com o Norte Global em detrimento do fortalecimento da cooperação Sul-Sul. De acordo com Saraiva e Silva (2019), essa ruptura discursiva e estratégica nos governos brasileiros recentes resultou em uma diplomacia mais reativa e menos engajada, o que afetou diretamente o ritmo das iniciativas conjuntas em CT&I que haviam sido consolidadas em períodos de maior convergência política.

As divergências manifestaram-se de forma mais aguda em temas sensíveis, como o papel do Estado na inovação e a abertura para parcerias tecnológicas externas ao bloco, revelando uma tensão entre o compromisso institucional formal e os novos interesses domésticos. A heterogeneidade do BRICS, que em sua fase inicial era celebrada como um trunfo para a pluralidade do bloco, tornou-se, nesse novo contexto, um fator restritivo para a coesão em áreas estratégicas. Para do Nascimento (2018) e Toni Jr. (2023), essa fragmentação política impede que as declarações oficiais se traduzam em resultados tangíveis, evidenciando que a eficácia da cooperação tecnológica é profundamente dependente da estabilidade política e da manutenção de uma visão estratégica de longo prazo por parte de seus líderes nacionais.

A divergência ideológica entre os países do BRICS emergiu como fator restritivo, especialmente nos períodos de Temer e Bolsonaro, quando a política externa brasileira passou a priorizar o pragmatismo administrativo ou alinhamentos ideológicos específicos, em detrimento da cooperação tecnológica e científica. Essa postura evidencia uma tensão intrínseca entre compromissos institucionais formais e a capacidade real de ação estratégica do Brasil, revelando que a continuidade do engajamento depende não apenas de estruturas diplomáticas consolidadas, mas também de consistência política e visão estratégica nacional (Silva e Holleben, 2022; Saraiva e Silva, 2019).

Outro aspecto crítico refere-se à gestão das agendas multilaterais. Apesar de mecanismos como o NDB e o CRA fortalecerem a cooperação econômica, a integração em CT&I requer coordenação técnica, recursos humanos qualificados e planejamento de longo prazo. A lacuna entre intenção declarada e implementação concreta demonstra a necessidade de maior investimento em políticas públicas robustas que conectem interesses estratégicos com resultados tangíveis em ciência e tecnologia (Toni Jr., 2023; Visentini e Silva, 2010).

Portanto, a atuação do Brasil no BRICS reflete uma dialética entre potencial de influência e limitações estruturais. O país possui expertise científica, recursos humanos capacitados e experiência diplomática relevante, mas carece de consistência política e continuidade estratégica para transformar compromissos formais em resultados concretos. A cooperação em CT&I, embora reconhecida como eixo prioritário em declarações e planos de ação,

permanece vulnerável a mudanças de governo, crises internas e divergências ideológicas entre os membros, evidenciando a necessidade de políticas externas resilientes e alinhadas a uma visão nacional de longo prazo.

Visto isso, destaca-se que o Brasil alcançou progressos significativos em CT&I e na projeção internacional, mas seu protagonismo efetivo no BRICS depende da capacidade de integrar visão política, recursos estratégicos e articulação multilateral de maneira contínua e coerente.

Em síntese, a trajetória da CT&I no âmbito do BRICS demonstra que a eficácia da inserção internacional brasileira depende da convergência entre estabilidade política interna e uma visão estratégica de longo prazo. A lacuna entre as intenções declaradas nos comunicados oficiais e a implementação concreta de projetos revela a necessidade de políticas públicas resilientes, capazes de suportar oscilações de governo e garantir investimentos contínuos em recursos humanos e infraestrutura técnica. Para que o Brasil recupere seu protagonismo, é essencial que a ciência e a tecnologia sejam reafirmadas como eixos centrais da soberania nacional e do desenvolvimento sustentável no Sul Global (Silva e Holleben, 2022; do Nascimento, 2018).

Análise dos relatórios, comunicados e reuniões do BRICS – Focos de aproximação e ações conjuntas em CT&I

A análise dos documentos oficiais do BRICS transcende a mera descrição de compromissos formais, pois revela como a ciência, tecnologia e inovação (CT&I) foi instrumentalizada por diferentes governos brasileiros como um pilar de sua política externa. A atuação do Brasil no bloco, nesse sentido, é um reflexo direto de suas orientações ideológicas, que determinaram a prioridade e a profundidade de sua cooperação com os demais membros. A seguir, detalha-se como cada período de governo se manifestou nos comunicados oficiais do bloco.

Sob a égide do governo Lula, a política externa brasileira para o BRICS era marcada por uma ambição singular: a de consolidar o país como um líder do Sul Global e um articulador de uma nova ordem multipolar. A agenda de CT&I não era vista apenas como um tema técnico, mas como uma ferramenta estratégica para a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento de capacidades endógenas, buscando reduzir a dependência tecnológica em relação às potências tradicionais. O Comunicado de Sanya (2011), assinado na China, representa um ponto de inflexão. Ele foi o primeiro a formalizar a cooperação em CT&I no BRICS com a criação de um Grupo de Trabalho para o setor. O Brasil, como

um dos principais proponentes, defendeu uma abordagem que priorizava tecnologias voltadas para o desenvolvimento social e a sustentabilidade, como a segurança energética e alimentar. Este compromisso inicial, ainda que em sua fase embrionária, já demonstrava uma visão que buscava ir além do comércio, visando a uma colaboração mais profunda e duradoura.

O governo Dilma deu continuidade a essa abordagem de Lula, mas com um foco maior na institucionalização e na criação de mecanismos formais. A cooperação em CT&I foi consolidada através de acordos e plataformas que garantiam a longevidade das parcerias, mesmo com um menor ímpeto discursivo da política externa. A Declaração de Fortaleza (2014), realizada em solo brasileiro, foi fundamental para solidificar a agenda de CT&I. O documento, notavelmente mais detalhado que os anteriores, não se limitou a menções genéricas; ele enumerou áreas específicas de cooperação em alta tecnologia, como nanotecnologia, biotecnologia e tecnologia da informação e comunicação (TIC). Foi nesse contexto que as bases para a Plataforma de Pesquisa e Inovação do BRICS foram lançadas. A visão brasileira, nesse momento, era a de criar um mecanismo financeiro e institucional que garantisse a longevidade dos projetos, independentemente das oscilações políticas. O ápice dessa fase de institucionalização ocorreu com a formalização da BRICS *Research and Innovation Initiative* na Declaração de Ufa (2015). Este documento representa o principal legado da diplomacia de CT&I do período, pois não apenas propôs a pesquisa conjunta, mas também a criação de redes de intercâmbio científico, a troca de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades tecnológicas internas, reforçando o ideal de autonomia dos países em relação às potências do Norte Global.

Com a mudança de governo, a política externa brasileira no BRICS, sob a gestão de Michel Temer, assumiu uma abordagem mais pragmática. A agenda de CT&I não foi abandonada, mas sua instrumentalização perdeu o ímpeto político e propositivo dos anos anteriores. A cooperação técnica foi subordinada a uma lógica de atração de investimentos e de interesse imediato. A Declaração de Xiamen (2017), por exemplo, reitera o apoio a iniciativas já existentes, como a Plataforma de Pesquisa e Inovação, mas não introduz novas agendas ambiciosas ou projetos de grande escala. A delegação brasileira concentrou-se, em grande parte, em temas de privatização e concessões, relegando a CT&I a um papel coadjuvante. A elegância da linguagem diplomática do documento não mascara a cooperação de menor intensidade e o engajamento menos assertivo do Brasil, que, sob essa nova gestão, adotou uma postura mais reativa do que proativa no bloco.

A chegada de Jair Bolsonaro ao poder representou a maior ruptura ideológica na política externa do Brasil no período. Embora os laços econômicos com a China e a participação formal no BRICS fossem mantidos, o discurso e as ações do governo esvaziaram a agenda de CT&I, minando a confiança e a credibilidade necessárias para uma cooperação profunda. A Declaração de Brasília (2019) é um notável caso de dissonância: como país anfitrião, o Brasil assinou um texto que, em sua essência, reafirmava compromissos com o multilateralismo e a cooperação em temas como saúde e ciência. Contudo, as declarações públicas do então presidente e do chanceler contradiziam a retórica oficial, promovendo atritos com a China. A declaração, portanto, não reflete a política externa praticada; ela é um exemplo de como o Brasil foi forçado a manter uma formalidade diplomática que sua liderança rejeitava em público. A Declaração de Moscou (2020), assinada em meio à pandemia, enfatiza a cooperação em saúde pública e a criação de uma Rede de Pesquisa sobre Vacinas do BRICS, mas a postura do governo brasileiro na época foi de desconfiança em relação a parcerias com a China, politizando a questão da vacina chinesa. A retórica anti-China, contrária ao espírito de cooperação do bloco, fragilizou a capacidade do Brasil de se integrar em redes de pesquisa globais. Por fim, na Declaração de Pequim (2022), mesmo com o Brasil assinando o documento, o nível de engajamento do governo nas propostas de cooperação, como em inteligência artificial e tecnologia digital, foi limitado. A prioridade não era mais o fortalecimento do bloco como um todo, mas sim a busca por um alinhamento geopolítico com os Estados Unidos, o que resultou em uma participação formal, mas de substância mínima.

Esta análise, em suma, revela que a CT&I, mais do que uma agenda técnica, serviu como um termômetro da política externa brasileira. A divergência ideológica, longe de ser um mero detalhe, impactou diretamente o ímpeto, a credibilidade e o protagonismo do Brasil no cenário internacional. Enquanto governos progressistas utilizaram a cooperação tecnológica para construir pontes e fortalecer a autonomia do país, as gestões seguintes, com sua postura pragmática ou ideologicamente alinhada, limitaram o aprofundamento das relações em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. O estudo demonstra, assim, que a efetividade do Brasil no BRICS está intrinsecamente ligada à consistência de suas políticas e ao alinhamento de seus líderes com a agenda multilateral do bloco.

Considerações finais

Feita uma análise da política externa brasileira no BRICS entre 2003 e 2022, evidencia-se a complexidade de sua inserção internacional, marcada por alternâncias entre protagonismo estratégico e retraimento operacional. Durante os governos de Lula e Dilma, o Brasil buscou consolidar uma presença assertiva, promovendo a cooperação Sul-Sul, a integração financeira e tecnológica e defendendo uma governança global mais inclusiva e multipolar (Visentini e Silva, 2010; Duval e Andreis, 2021; da Silva, 2013). Essa fase representou um esforço consistente de construção de uma identidade internacional ativa, com base em autonomia estratégica e capacidade de liderança no bloco.

Nos governos de Temer e Bolsonaro, observou-se uma diminuição do protagonismo brasileiro, com a política externa sendo influenciada por agendas ideológicas domésticas e limitações institucionais (Augusto, 2018; Oliveira Moreira, 2020; Saraiva e Silva, 2019). Embora a continuidade formal das políticas do BRICS tenha sido mantida, a capacidade de moldar agendas estratégicas e liderar iniciativas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação sofreu restrições significativas (Monteagudo, 2021; Hirst e Maciel, 2022; Toni Jr., 2023).

A trajetória analisada mostra que a inserção brasileira no BRICS está condicionada a três dimensões centrais: liderança política, consistência institucional e alinhamento ideológico. A ausência ou fragilidade em qualquer desses aspectos compromete a capacidade de influenciar decisões estratégicas e de consolidar a cooperação científica e tecnológica. Adicionalmente, evidencia-se que a política externa brasileira reflete a interação entre prioridades domésticas e objetivos internacionais, sendo a coerência interna um pré-requisito para uma atuação internacional eficaz (Cervo e Lessa, 2014; Leite, 2011; Silva e Holleben, 2022).

Por fim, os resultados da análise sugerem que, para o Brasil manter e expandir sua relevância no BRICS, será necessário combinar estabilidade política e institucional com visão estratégica de longo prazo. A consolidação de uma liderança consistente, associada ao fortalecimento de mecanismos de cooperação científica, tecnológica e econômica, será essencial para que o país contribua efetivamente para a redefinição da ordem internacional em direção a um modelo mais multipolar e inclusivo, alinhado às demandas do Sul Global e à promoção de uma agenda de desenvolvimento sustentável e inovador (Gehre, 2020; do Nascimento, 2018).

O período 2003-2022 mostra que o protagonismo brasileiro no BRICS é possível, mas depende de articulação política interna, continuidade institucional e capacidade de agir de forma estratégica, equilibrando interesses domésticos e internacionais para consolidar a posição do país como ator relevante na governança global.

Referências

Livros, artigos e trabalhos acadêmicos:

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308. Acesso em: 8 set. 2025.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 24, p. 111–150, 2014. DOI: 10.22456/2178-8839.47628. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628. Acesso em: 8 set. 2025.

DO NASCIMENTO, Dmitri. *A política externa brasileira (PEB) nos BRICS*: entre a autonomia política e a dependência econômica. 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

DUDA, Yuliya. The Role of Science and Technology in the BRICS Countries' Foreign Policies. *Journal of International Relations and Development*, v. 25, n. 1, p. 19-42, 2022.

DUVAL, Pedro Vellinho Corso; ANDREIS, Felipe Jaeger. Convergências entre a política externa de Dilma Rousseff e o NDB: Uma expressão do modelo de funcionamento do BRICS. *Conjuntura Global*, v. 10, n. 1, 2021. DOI: 10.5380/cg.v10i1.75339. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/conjgloblal/article/view/75339. Acesso em: 5 maio 2025.

ELÍBIO, Antônio; ALMEIDA, Carolina. 1. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, 2014. DOI: https://doi.org/10.33662/ctp.v0i14.2684. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/2684/2317. Acesso em: 5 maio 2024.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luís Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa brasileira e o grupo dos BRICS. *Leviathan*, n. 11, p. 121-144, 2017. Disponível em: https://revistas.usp.br/leviathan/article/view/135212. Acesso em: 9 set. 2025.

GEHRE, Thiago. A história das Relações Internacionais dos BRICS (2009--2019): discursos, inovação e sensibilidades. *Conjuntura Austral*, v. 11, n. 53, p. 161-179, 2020. DOI: 10.22456/2178-8839.97954. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/97954. Acesso em: 9 set. 2025.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990. DOI: 10.2307/2600403. Disponível em: https://academic.oup.com/isq/article-abstract/34/1/3/1901701?redirectedFrom=fulltext#no-access-message. Acesso em: 6 maio 2024.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. *SciELO Preprints*, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771. Acesso em: 18 maio 2023.

KAYAOĞLU, Turan. Westphalian Eurocentrism in International Relations Theory. *International Studies Review*, v. 12, n. 2, p. 193-217, jun. 2010. Disponível em: https://academic.oup.com/isr/article-abstract/12/2/193/1846551?redirectedFrom=fulltext#no-access-message. Acesso em: 15 maio 2025.

LEE, Sang-Hoon. Russia–China Relations in the BRICS and the Shanghai Cooperation Organization: The BRICS-SCO Nexus and Geopolitical Implications. *The Korean Journal of International Studies*, v. 21, n. 3, p. 409-432, 2023. Disponível em: https://www.kjis.org/journal/view.html?number=3&spage=409&volume=21. Acesso em: 9 set. 2025.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa*: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011.

LIMA, Ana L. B. F.; LINS, Leticia A. C. V. O BRICS e os novos bancos de desenvolvimento no Sul Global. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas*, v. 11, n. 3, p. 45-66, 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/RLvRNjTTpvTS9wfyNSXcMpr/?lang=pt. Acesso em: 2 jul. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRON, Gonzalo. *2003--2013*: Uma nova política externa. Tubarão: Gráfica e Editora Copiart, 2014.

MELO, Pedro Valença Viana de. *Mudança de curso?* Um estudo comparativo da política externa brasileira sob Jair Bolsonaro. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

MILANI, Carlos R. S.; IVES, Diogo. *A política externa brasileira a partir de 2023*: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. *IESP--UERJ*, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://iesp.uerj.br/a-politica-externa-brasileira-a-partir-de-2023-artigo-de-carlos-r-s-milani-e-diogo-ives/. Acesso em: 9 set. 2025.

MONTEAGUDO, Rafael Souto. Antiglobalismo e colonialidade: uma abordagem decolonial sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro | *Antiglobalism and Coloniality: A Decolonial Approach on Brazilian Foreign Policy Under Bolsonaro Government*. *Revista Neiba – Cadernos Argentina-Brasil*, v. 10, n. 1, p. e58901, 2021. DOI: 10.12957/neiba.2021.58901. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/58901. Acesso em: 9 set. 2023.

MOREIRA, Paula Gomes. Pinheiro, Letícia; Milani, Carlos R. S. (org.) Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas. *Mural Internacional*, v. 3, n. 1, p. 47-48, 2012. DOI: 10.12957/rmi.2012.5917. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/5917. Acesso em: 9 set. 2024.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A Política Externa do Governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada | The External Policy of Temer Administration: Characteristics and Opportunities of a Negligence Public Policy). *Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, v. 17, n. 34, p. 296–309, 2018. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/17280. Acesso em: 8 set. 2025.

OLIVEIRA MOREIRA, Danilo Sorato. Continuidades e descontinuidades nos governos Temer e Bolsonaro na política externa brasileira (2016-2020) | Continuities and Discontinuities in the Governments Temer and Bolsonaro in Brazilian Foreign Policy (2016-2020). *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 11, p. e51549, 2020. DOI: 10.12957/rmi.2020.51549. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/51549. Acesso em: 9 set. 2023.

PAPA, Mihaela; HAN, Zhen. The Evolution of Soft Balancing in Informal Institutions: the Case of BRICS. *International Affairs*, v. 101, n. 1, p. 73-95, 2025. Disponível em: https://academic.oup.com/ia/article/101/1/73/7942161. Acesso em: 9 set. 2025.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. *Travessias*, n. 6/7, p. 15-36, 2008. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43227. Acesso em: 20 mar. 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, n. 64, p. 117-137, dez. 2019. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992019000400008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 maio 2024.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. *Sino-Ibero American Interaction*, v. 2, n. 1, p. 1-26, abr. 2022. Disponível em: https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html. Acesso em: 10 maio 2024.

SILVA, André Luiz Reis da; HOLLEBEN, Raquel de. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003-2020). *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 11, n. 22, p. 200-226, 2022. DOI: 10.30612/rmufgd.v11i22.15098. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/15098. Acesso em: 10 maio 2024.

SILVA, Antouan Matheus Monteiro Pereira da. *O BRIC na política externa do governo Lula (2003-2010)*: do conceito à coalizão. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Can the Subaltern Speak?* Reflections on the History of an Idea. New York: Columbia University Press, 2010.

TONI JR., Claudio Noel de. BRICS and the Pandemic: Relations and Structural Negationism. *RISUS – Revista de Inovação e Sustentabilidade*, v. 14, n. 1, p. 104-112, fev./mar. 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/53707. Acesso em: 20 mar. 2024.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; SILVA, André Luiz Reis da. Brazil and the Economic, Political, and Environmental Multilateralism: The Lula Years (2003–2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, (spe), p. 54-72, dezembro, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Z7Lz4LHWtfsqky4FSDvR43p/?lang=en#. Acesso em: 15 dez. 2024.

WANG, Wen; LONG, Chen. A New Era of "Greater BRICS Cooperation": The Future of the World and China's Role. *BRICS Journal of Economics*, v. 5, n. 4, p. 37-54, 2024. Disponível em: https://brics-econ.arphahub.com/article/129530/. Acesso em: 9 set. 2025.

ZIEBELL DE OLIVEIRA, Guilherme; MALLMANN, Vinícius Henrique. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. *Carta Internacional*, v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.990. Disponível em: https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990. Acesso em: 9 set. 2024.

Notícias, artigos, análises, portais oficiais e declarações do MRE e do BRICS:

BAUMANN, Renato. *Brasil e Argentina na nova configuração do BRICS*. Brasília: Ipea, 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Atos assinados por ocasião da VII Cúpula do BRICS. Ufá, Rússia, 9 de julho de 2015. *Gov.br*, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasiao-da-vii-cupula-do-brics-ufa-russia-9-de-julho-de-2015. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração de Brasília: 11ª Cúpula do BRICS. *Gov.br,* 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics. Acesso em: 9 jan. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração de Moscou da XII Cúpula do BRICS. *Gov.br*, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Declaração de Pequim da XIV Cúpula do BRICS*. *Gov.br*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Declaração Final da XVI Cúpula do BRICS*. *Gov.br*, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Plano de Ação da VII Cúpula do BRICS, Ufá, Rússia*. *Gov.br*, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-plano-de-acao-ufa-russia-9-de-julho-de-2015. Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *VII BRICS Summit Ufa Declaration*. *Gov.br*, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/vii-brics-summit-ufa-declaration. Acesso em: 9 jan. 2024.

BRICS. BRICS Action Plan for Innovation Cooperation (2017-2020). China: [s. n.], 2017. Disponível em: https://infobrics.org/files/country/russia/documents/2017/science_technology_and_innovation/2017_09_04_BRICS_Action_Plan_for_Innovation_Cooperation.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

BRICS. *Cooperation in Science, Technology, and Innovation (STI)*: Issues Note BRICS 2025. Brasília, 2025. Disponível em: https://brics.br/pt-br/documentos/cooperation-in-science-technology-and-innovation-sti-issues-note-brics-2025.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

BRICS. *Cúpulas Anteriores*. [*s. l.*], [Sem ano]. Disponível em: https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/cupulas-anteriores. Acesso em: 20 fev. 2024.

CEBRI. *Biografia de Carlos R. S. Milani*. Rio de Janeiro, [sem ano]. Disponível em: https://cebri.org/br/especialista/54/carlos-milani. Acesso em: 9 set. 2025.

GARCIA, Ana. *Three Perspectives of BRICS Analysis*: A Suggested Methodology. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2024. Disponível em: https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/08/BRICS-Analysis-compactado.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

JACOBS, Lindsay Marie; VAN ROSSEM, Ronan. The BRIC Phantom: A Comparative Analysis of the BRICs as a Category of Rising Powers. *Journal of Policy Modeling*, v. 36, n. 1, p. S47-S66, 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0161893813001038. Acesso em: 9 set. 2023.

KAHN, Michael. Prospects for Cooperation in Science, Technology and Innovation among BRICS Members. In: KIRTON, John J.; LARIONOVA, Marina (ed.). *BRICS and Global Governance*. Londres: Taylor & Francis, 2018. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315569925-9/prospects-cooperation-science-technology-innovation-among-brics-members-michael-kahn?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 set. 2025.

LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos R. S. O Brasil na ordem mundial: projetos em disputa? *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2014. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-brasil-na-ordem-mundial-projetos-em-disputa/. Acesso em: 9 set. 2025.

RAMALHO, Antonio Jorge. Brasil e a refundação do multilateralismo. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*, 12 out. 2024. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/644744-brasil-e-a-refundacao-do-multilateralismo-artigo-de-antonio-jorge-ramalho. Acesso em: 1º set. 2025.

SCIENCE and Technology Cooperation of the BRICS countries was discussed at the Young Scientist Forum. *Mission Impact*, 30 nov. 2023. Disponível em: https://impact-mission.org/blog/science-and-technology-cooperation-of-the-brics-countries-was-discussed-at-the-young-scientist-forum/. Acesso em: 15 set. 2023.

VERDÉLIO, Andreia. Brasil entrega presidência do Brics e destaca trabalho em inovação. *Agência Brasil*, Brasília, 14 nov. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-11/brasil-entrega-presidencia-do-brics-e-destaca-trabalho-em-inovacao. Acesso em: 10 fev. 2025.